

## História da Educação Profissional no Amapá

### History of Professional Education in Amapá

### Historia de la Educación Profesional en Amapá

Recebido: 10/07/2022 | Revisado: 19/07/2022 | Aceito: 23/07/2022 | Publicado: 29/07/2022

**Joel Manga da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1834-1404>

Governo do Estado do Amapá, Brasil

E-mail: joelmangaap@gmail.com

**Argemiro Midonês Bastos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5411-647X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Brasil

E-mail: argemiro.bastos@ifap.edu.br

#### Resumo

A História da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Amapá apresenta lacunas quanto à adequação dos currículos dos cursos às normas balizadoras de criação e desenvolvimento desses currículos. Como problema de pesquisa, investigou-se: quais as bases históricas da legislação da EPT, ofertada no Amapá, desde a criação do Território Federal? Como objetivo, buscou-se compreender as bases conceituais que percorreram o currículo da EPT, para contribuir com o estudo da educação profissional amapaense. Metodologicamente, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, documental, para traçar as normas educacionais de cada período, a história das escolas técnicas profissionais do Amapá e de seus currículos oficiais, assim como, para coletar dados de como a legislação foi posta em prática em sala de aula. A partir desta pesquisa, espera-se contribuir para ampliar o debate sobre o currículo da educação profissional no Amapá, suas ferramentas, bases conceituais, erros e acertos de cada fase histórica, legislações pertinentes para construção de um perfil curricular da educação profissional no Amapá mais adequado às necessidades e exigências locais, com suas peculiaridades e adversidades.

**Palavras-chave:** Currículo; Educação profissional Amapaense; História da educação profissional.

#### Abstract

The History of Professional and Technological Education (PTE) in Amapá has gaps in terms of the adequacy of the course curricula to the guiding norms for creating and developing these curricula. Therefore, as a research problem, it was investigated: what are the historical bases of the PTE legislation, offered in Amapá, since the creation of the Federal Territory? As an objective, we sought to understand the conceptual bases that ran through the PTE curriculum to contribute to the study of professional education in Amapá. Methodologically, bibliographic and documentary research was used to outline the educational norms of each period, the history of Amapá's professional technical schools, and their official curricula, as well as to collect data on how the legislation was put into practice in the classroom. From this research, it is expected to contribute to broadening the debate on the curriculum of professional education in Amapá, its tools, conceptual bases, mistakes and successes of each historical phase, and relevant legislation for the construction of a curricular profile of professional education in Amapá more suited to local needs and requirements, with their peculiarities and adversities.

**Keywords:** Curriculum; Professional education Amapá; History of professional education.

#### Resumen

La Historia de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) en Amapá presenta lagunas en cuanto a la adecuación de los currículos de las carreras a las normas rectoras para la creación y desarrollo de estos currículos. Como problema de investigación se investigó: ¿cuáles son las bases históricas de la legislación de la EPT, ofrecida en Amapá, desde la creación del Territorio Federal? Como objetivo se buscó comprender las bases conceptuales que recorrían el currículo de la EPT, para contribuir al estudio de la formación profesional en Amapá. Metodológicamente, se utilizó la investigación bibliográfica y documental para delinear las normas educativas de cada período, la historia de las escuelas técnicas profesionales de Amapá y sus planes de estudio oficiales, así como para recopilar datos sobre cómo se puso en práctica la legislación en las aulas. A partir de esta investigación se espera contribuir a ampliar el debate sobre el currículo de la formación profesional en Amapá, sus herramientas, bases conceptuales, desaciertos y aciertos de cada etapa histórica, legislación relevante para la construcción de un perfil curricular de la formación profesional en Amapá. más adecuado a las necesidades y requerimientos locales, con sus peculiaridades y adversidades.

**Palabras clave:** Currículo; Educación profesional Amapá; Historia de la educación profesional.

## 1. Introdução

Neste artigo buscou-se investigar as características e transformações que a Educação Profissional do Amapá possuía na sua gênese a partir de 1943 quando foi criado o Território Federal do Amapá, através do Decreto-Lei 5.812 (Brasil, 1943a), e as mudanças que ela sofreu, a partir das bases conceituais da Educação Profissional (EP) ofertada à comunidade amapaense, os fundamentos legais, ou seja, legislações que respaldaram tais práticas, assim como as peculiaridades da aplicabilidade da legislação que emanam dos casos concretos e se manifestam na elaboração dos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino, na sala de aula, em estágios supervisionados quando exigidos, e/ou em diversas oportunidades pedagógicas de ensino.

Esta pesquisa busca a construção temporal, através dos estudos da memória da Educação Profissional e Tecnológica dos espaços pedagógicos amapaenses. Investiga a organização e planejamento do currículo integrado, contribuindo para a compreensão da realidade concreta dos conceitos da EPT e nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

O tema deste projeto foi suscitado após a percepção da defasagem de pesquisa e publicações em história do currículo da educação profissional, tanto em nível nacional quanto no Amapá, pois segundo Cunha (2000) essa defasagem, que o autor chama de “espaço vazio”, é justificada pelo fato dos historiadores privilegiarem o ensino elitista propedêutico que os formou, à educação profissional, que forma as massas.

Assim como da experiência pessoal e profissional de um dos autores. Pessoal, por ter estudado o ensino médio técnico, nos anos de 1996 a 1999, em um contexto de 2 (duas) transições: a primeira entre a Lei 5.692/71 - Lei da Profissionalização Compulsória (Brasil, 1971) e a Lei 9.394/96 - atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Brasil, 1996); a segunda para efetivação da Lei 8.948/94 (Brasil, 1994) que transformava a Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica para atender às exigências sociais e formar técnicos em nível de educação superior. Foi um período de intensos debates em que os alunos foram convidados a participar pois havia a figura dos representantes de turma e de curso junto ao colegiado da Escola Técnica Federal do Piauí.

Naquele momento as disciplinas cursadas não possuíam nenhuma relevância ou contexto com o curso proposto (contabilidade) e nem com a cultura geral (propedêutica) como por exemplo a disciplina programa de saúde, desenho básico, mecanografia. Essas disciplinas serviam apenas para complementar a carga horária do curso de contabilidade haja visto não ter nenhuma correlação com as disciplinas exigidas no vestibular (processo seletivo vigente à época para permitir o acesso ao ensino superior) e nem com o curso de contabilidade, ou seja, o currículo estava desvinculado das necessidades de educando tanto para a formação profissional quanto para a formação propedêutica. Tornando-se um conjunto de informações inúteis ao educando logo após o término de sua formação.

Quanto à experiência profissional, um dos autores é professor/instrutor das disciplinas Direitos Humanos, Legislação Organizacional Militar, Direito do Trânsito, dentre outras, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Amapá, uma escola destinada a formar os policiais militares que ingressam na instituição e que serão preparados moral, intelectual e fisicamente para o exercício dessa atividade profissional. Existindo também, dentro do currículo escolar dessa escola, disciplinas e/ou metodologias que fogem do contexto da formação exigida e esperada pela sociedade para um policial militar.

Partindo dessas inquietações, surgiu o interesse de pesquisar a EP do Amapá a partir do seu nascedouro, para responder a indagação central: Quais as bases conceituais da legislação da EP, ofertada no Amapá, desde a criação do Território Federal até tornar-se Estado? Sendo que, para responder a esse questionamento buscamos respostas para questões adjacentes: Quais mudanças no currículo podem ser observadas, no exercício da educação profissional no Amapá, desde a transformação em Território Federal (1943) até tornar-se Estado (1988)? Quais ferramentas pedagógicas as legislações

disponibilizaram aos gestores e professores para que esses implementassem nos projetos pedagógicos e em sala de aula o currículo da Educação Profissional?

O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo que visa compreender as bases conceituais que percorreram o currículo da EP, para contribuir com o estudo da educação profissional amapaense.

## 2. Metodologia

Partindo do objetivo da pesquisa consideramos as legislações nacionais vigentes, em cada época, como parâmetro de divisão histórica da educação profissional amapaense, especificamente: as leis orgânicas do ensino publicadas na Gestão Vargas que estavam vigentes na criação do território federal do Amapá em 1943, especificamente os Decretos 4.073/42 (Brasil, 1942a), 8.673/42 (Brasil, 1942b), 4.127/42 (Brasil, 1942c) e 4.244/42 (Brasil, 1942d); As Leis da equivalência, especificamente a Lei 1.821/53 (Brasil, 1953), a Lei 3.552/59 (Brasil, 1959a) e o Decreto 47.038/59 (Brasil, 1959b); a Lei 4.024/61 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1º LDB (Brasil, 1961); a Lei 5.692/71 (Brasil, 1971) que estipulou a profissionalização compulsória e a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Esta pesquisa, sobre a análise teórico crítica da educação profissional no Amapá, tem uma abordagem de cunho qualitativa, pois segundo Minayo (2016) se aprofunda no mundo dos significados para encontrar os aspectos da realidade curricular das escolas de formação técnico-profissional que foram instaladas no Amapá, a partir de 1943, com o intuito de compreender e explicar a dinâmica de aplicabilidade dos instrumentos previstos nas normas, nacionais e locais vigentes em cada período histórico, no currículo escolar.

Esta pesquisa se ocupou de levantar os dados e informações curriculares de 5 (cinco) escolas técnicas, as normas vigentes, tanto nacional quanto do TFA, Currículos, Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Projetos Institucionais (PDI) e ferramentas pedagógicas de efetivação curricular, sendo que a pesquisa apresenta recorte cronológico de quarenta e cinco anos, a partir de 1943.

Os dados desta pesquisa foram obtidos de três formas: pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo.

O levantamento bibliográfico serviu para traçar a história das escolas técnicas profissionais do Amapá, de seus currículos oficiais, as normas educacionais de cada período; como também para familiarizar-se com os conceitos e características das ferramentas curriculares que foram efetivadas nessas Escolas, pois a pesquisa bibliográfica para Marconi & Lakatos (2017) não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A análise documental serviu para coletar dados de como a legislação era posta em prática em sala de aula. Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e os Projetos Institucionais (PDI), assim como as ferramentas disponibilizadas aos gestores, conselheiros e professores para implementar o currículo da educação profissional em cada momento histórico. Essas fontes documentais foram tanto as contemporâneas, como documentos de arquivos públicos, publicações administrativas etc. como as retrospectivas, dos arquivos particulares, os diários de classes dos professores, relatos de visitas a instituições etc. (Marconi & Lakatos, 2017).

A pesquisa de campo ocorreu a partir do referencial teórico e serviu como complemento da análise documental e pesquisa bibliográfica para aproximar este pesquisador da realidade dos protagonistas da história da educação profissional amapaense, no recorte histórico proposto, dentro das escolas pesquisadas, assim como, na Secretaria de Educação, Conselho Estadual de Educação e Imprensa Oficial em seus respectivos acervos históricos, como também entre professores, diretores e gestores em busca de informações que subsidiassem e construíssem respostas para as questões problemas levantadas por esta pesquisa, através dos planos de aulas, projetos pedagógicos, cadernetas escolares, normas internas dos estabelecimentos de

ensino e outros que permitissem acrescentar informações históricas da educação profissional amapaense (Minayo, 2016).

### 3. Resultados e Discussão

No período da gestão de Vargas estava em curso a segunda guerra mundial (1940 – 1945) em que o Brasil dentro desse contexto de guerra, inicialmente se declarava como neutro e fazia acordos tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, contudo ao final da guerra Vargas foi pressionado a escolher um lado, optando pelos EUA, que como compensação os norte-americanos construíram uma base aérea na cidade do Amapá, província do Grão-Pará, tanto para facilitar a locomoção das tropas americanas quanto para proteger nosso território já que nossa vizinha a Guiana Francesa estava ocupada por nazistas (Cavlak & Granger, 2014). Essa base aérea desempenhou grande importância na rota dos estados unidos para a Europa, quando ele encaminhou vasto efetivo bélico para a invasão da África e da Europa (Jornal do Amapá, 1949d).

A finalidade de criação dos Territórios Federais se dera pela expressiva dimensão territorial do Brasil em que predominava a unidade de língua, religião e cultura, entretanto com má distribuição econômica e populacional, especialmente nas áreas fronteiriças sendo um desejo político de outrora, especialmente dos militares, “que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes a defesa nacional”. E, para sanar essa má distribuição (econômica/populacional) surgiu a ideia de transformar tais áreas em território federal para que a administração federal pudesse administrá-la ficando no tripé: “SANEAR, EDUCAR e POVOAR”. Sanear através da assistência social; educar com foco na educação profissional (grifo nosso), após a devida alfabetização; e, povoar distribuindo terras para que sejam novos centros de produção, conectados com os grandes centros (Jornal do Amapá, 1945d).

Por conta desses fatores, no dia 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei 5.812 o Estado do Pará foi desmembrado e criado o Território Federal do Amapá (Brasil, 1943a) e a partir de 21 de setembro, a cidade do Amapá tornou-se a capital do Território Federal, tendo vista a estrutura urbana já existente por conta da construção da base aérea, contudo com o término da guerra e abandono da base a região da cidade do Amapá perdeu a importância, sendo transferida a capital para Macapá, pelo Decreto-Lei 6.550, de 31 de Maio de 1944 (Brasil, 1944a). Para governar esse Território foi nomeado Janary Gentil Nunes, no dia 27 de dezembro de 1943, pois já conhecia a região amapaense e por ser o oficial de intercâmbio entre os militares brasileiros e norte-americanos (Cavlak & Granger, 2014).

Sendo que em 25 de janeiro de 1944 o referido interventor chega a Macapá para assumir efetivamente o cargo de Governador e de antemão respaldado pelo Decreto-lei 5.839, de 21 de setembro de 1943, que dispunha sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú (Brasil, 1943b). O interventor Janary Nunes para melhor administrar o Território Federal do Amapá (TFA) cria órgãos de administração do território, em caráter temporário, através do Decreto 01, de 25 de janeiro de 1944, até a organização definitiva da administração pública, e dentre esses órgãos o Departamento de Educação e Cultura, no artigo 1º, inciso III (Jornal do Amapá, 1945b).

O Governo Territorial ao se instalar efetuou o levantamento do nível cultural do amapaense, constatando o abandono que se refletia no analfabetismo, baixa produção *per capita*, ausência de urbanização, assim como o não aproveitamento das potencialidades extrativas, agrícolas e minerais do território. No tocante a educação, as poucas escolas não possuíam instalações condignas e nem todos os professores eram formados, estando ainda desatualizados quanto as novas técnicas pedagógicas. Por consequência, a divisão de educação fixou diretrizes que abrangiam as modalidades de ensino: primário, profissional, secundário, e paralelamente, as cooperativas, o escotismo, bandeirantismo, o cinema e as bibliotecas (Jornal do Amapá, 1947c).

O ensino primário concretizara-se com a construção de escolas rurais, distribuídas nos povoados que tivessem no mínimo 15 crianças; escolas isoladas e reunidas; grupos escolares que ministrariam o curso primário completo com jardins de infância em anexo, nas sedes dos municípios; escolas noturnas destinadas aos adultos analfabetos; merenda escolar gratuita;

educação física; cursos de aperfeiçoamento nas férias para docentes etc. O ensino profissional compreenderia, no mínimo, 5 internatos distribuídos no TFA, uma escola doméstica feminina, e uma escola profissional masculina, ambas em Macapá. Na escola doméstica ofertaria o curso primário, assim como corte, costura, culinária, lavagem e gomagem de roupa, noções de enfermagem e economia doméstica. Na escola profissional, além do curso primário seria ofertado cursos relacionados com as necessidades da região norte, como carpintaria, alfaiataria, sapateiro, pedreiro e oleiro. O ensino secundário deveria funcionar quando as escolas primárias oferecessem os primeiros alunos, havendo esses em proporção suficiente para abertura de turmas do ensino secundário. Fato esse que começou a acontecer em 1946 com a diplomação das primeiras turmas do ensino primário e no dia 25 de janeiro de 1947 houve a instalação do Ginásio amapaense, em Macapá, através do Decreto nº 49, sendo realizado seu registro junto ao Ministério da Educação através da Portaria Ministerial 367 de 09 de agosto de 1947 (Jornal do Amapá, 1947c).

Janary Nunes, conforme Jornal do Amapá (1945a; 1948a; 1948b; 1948c), implantou até 1948: 5 grupos escolares, 1 ginásio, 1 escola profissional, 41 escolas isoladas mistas, 1 escola feminina, 1 escola masculina, 1 escola mista, 3 escolas rurais, 2 escolas de prendas domésticas, 28 classes de supletivo, 4 postos escolares, assim como elevou o número de 10 professores (em 1943) para 120 (em 1948).

Para Lobato (2018) a Gestão governamental de Janary Gentil Nunes (1944-1956) foi marcada por uma política educacional alinhada com a de Vargas e focada na: “estruturação de uma economia produtora de grandes excedentes comercializáveis; na máxima exploração de recursos naturais (terra, minérios e outros); e, na difusão de uma ética do trabalho (a formação do trabalhador virtuoso)”.

Diferentemente do que afirmam Lima, Tavares & Melo (2022), quanto ao fato de a obrigatoriedade da profissionalização no Ensino Médio conduzir a “escola de ensino médio como formadora de mão de obra qualificada e próprio fim da educação, já que, em uma visão implícita, busca à diminuição dos que almejam a educação superior”; no TFA isso foi necessário, pois tudo precisava ser construído, não havendo, naquele momento qualquer preocupação com o ensino propedêutico de nível superior.

### **História da Educação Industrial no Amapá**

Segundo Silva et al., (2022), a década de 1940 foi promissora quanto à proposição de leis e decretos que embasaram a chamada Reforma Capanema. É neste cenário que Janary Nunes inicia um processo de construção e implantação de uma rede pública de ensino no Amapá. Pois, havia uma falta de profissionais qualificados e nenhuma perspectiva dos jovens amapaenses em cursar o ensino superior. As possibilidades de ocupação imediata e ganho financeiro diferenciado dos alunos egressos das escolas profissionais concorreram para um rápido crescimento desta modalidade de ensino local.

Em 19 de maio de 1946 (domingo) ocorreu, na sala 5 do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Macapá, a aula inaugural da Escola Técnica Profissional, já tendo ocorrido nessa data as matrículas para os cursos ofertados em que foram ministradas aulas das disciplinas: português, aritmética, álgebra, eletricidade, topografia, física, telegrafia e motores. As aulas ocorreram provisoriamente na sala 5 da citada escola, no período noturno, das 19:30 às 22:30, de segunda a sexta (Jornal do Amapá, 1946b).

No dia 24 de junho de 1947, durante a visita da comissão parlamentar de valorização da Amazônia o governador Janary Nunes inaugura o início das obras da escola profissional do TFA (Jornal do Amapá, 1947b; 1948d). E, conforme Jornal do Amapá (1947d; 1947f) na aprovação pela câmara dos deputados e sanção presidencial da verba para a valorização da Amazônia, foi destinado o crédito de \$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil) cruzeiros para prosseguimento na construção da escola profissional de Macapá.

Em 1950, conforme Jornal do Amapá (1950b) foram instalados os equipamentos das oficinas de mecânica, serralha e

solda, e da sapataria da escola profissional (Fotografia 1, Fotografia 2 e Fotografia 3), assim distribuídos: Oficina mecânica: 01 grande freza, 02 grandes plainas limadoras, 02 grandes tornos de furar, 01 máquina de abrir roscas e fazer parafusos, 01 máquina de serrar ferro, 01 grande máquina de limar e 01 grande compressor de ar; Oficina de serralha e solda: 01 gerador oxiacetilênico, 04 grandes forjas com ventoinhas elétricas; Oficina de sapataria: maquinário completo; Cozinha: equipamento completo, inclusive um grande fogão “valig”.

**Fotografia 1** - Oficina de Sapataria da Escola Profissional de Macapá.



Fonte: Jornal do Amapá, ano 6, Nº 292, 14.10.1950.

**Fotografia 2** - Oficina de serralha e solda.



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49723>

**Fotografia 3** - Cozinha da Escola Profissional de Macapá.



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49742>

Destaca-se que nas Fotografias acima os maquinários utilizados nas escolas foram trazidos ao Amapá aproveitando o momento de expansão do Território recém-criado e com empenho efetivo de Janary Nunes (Jornal do Amapá, 1950h).

A formalização da escola industrial de Macapá deu-se através do Decreto 101-A/49, de 01 de janeiro de 1950, situada na avenida FAB, bairro Central, na época sem número, hoje no número 264 (Jornal do Amapá, 1950a).

Em setembro de 1950, o SENAI, após apreciação da solicitação do Governo Territorial, aprova um auxílio a escola técnica profissional de Macapá (Fotografia 4) que recebeu a visita do diretor do SENAI, responsável pela zona norte do Brasil, com sede no Ceará (Jornal do Amapá, 1950c).

No dia 01 de dezembro de 1950 ocorreu a inauguração do prédio da escola industrial, tendo sido orador o Dr. José Dionísio da Silva Barros (Jornal do Amapá, 1950l).

**Fotografia 4** - Construção finalizada da Escola Profissional de Macapá.



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440431>

Com Decreto 36.493, de 23 de novembro de 1954, é concedida equiparação à Escola Industrial de Macapá, contudo limitado aos cursos de Mecânica de Máquinas e Artes do Couro (Brasil, 1954).

### **História da Educação Agrícola no Amapá**

Tendo em vista que um dos tripés do plano de governo era educar com foco na educação profissional, após a devida alfabetização, Janary Nunes, fomenta o desenvolvimento agrícola paralelo à educação rural almejando a profissionalização precoce de sua população, já que em sua maioria não eram alfabetizados, e para isso ele, através do Diretoria de Educação e Cultura (DEC), pelo Memorando 57, de 15 fevereiro de 1945, estabelece para os alunos do Grupo Escolar de Macapá (posteriormente denominado Barão do Rio Branco) atividades pré-vocacionais de olaria, marmoraria, marcenaria, carpintaria, agricultura, corte, costura e bordado, etc, ou seja, ele direciona a educação primária para a profissionalização agrícola (Fotografia 5) dos seus alunos tendo em vista a defasagem de profissionais qualificados nessas atividades (Jornal do Amapá, 1945b; 1945f; 1945g; 1946a).

**Fotografia 5** - Cooperativa Agrícola Escolar de Macapá.



Fonte: Jornal do Amapá (1945e)

Janary Nunes, em março de 1947, fundamentado pelo Decreto 22.470, de 20 de Janeiro de 1947 (Brasil, 1947), que

fixou a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional e permitiu a instalação e o custeio através de verbas públicas de dois terços do total da verba necessária, mediante acordo, de escolas de iniciação agrícola no Território do Amapá, solicita através do Ofício 100, ao Ministério da Agricultura o funcionamento de um curso de iniciação agrícola, anexo ao posto agropecuário de Macapá, na fazendinha, no prédio da escola rural que foi inaugurada, no dia 26 de janeiro de 1947, sendo respondido através do Ofício G.M. 1176, de 28 de junho de 1947, confirmando o crédito especial de \$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) para a instalação da escola de iniciação agrícola do TFA, sendo o referido crédito disponibilizado no exercício de 1948 (Jornal do Amapá, 1947a).

No mês de novembro de 1947, o Governador Janary visita a superintendência de ensino agrícola do Ministério da Agricultura em que acerta medidas para o funcionamento de uma escola de iniciação agrícola, em regime de internato, para o ano de 1948, no município de Amapá, em que o TFA contribuiria com Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos) mil cruzeiros e o governo federal com Cr\$ 800.000,00 (oitocentos) mil cruzeiros (Jornal do Amapá, 1947e).

Em 01 de março de 1948, a escola de iniciação agrícola do município de amapá foi instalada em regime de internato (Fotografia 6), com 50 alunos matriculados e mais 115 alunos em semi-internato, com frequência média de 100, totalizando 150 alunos. Utilizou-se, a escola, de parte das instalações da base aérea de amapá, U.S. Navy, cedida pelo Ministério da Aeronáutica. Nesse mesmo mês, a comissão de agricultura aprova o projeto 57/1947 autorizando o Estados e Territórios a construir e instalar escolas Agro técnicas, inclusive no TFA. A escola de iniciação agrícola, foi a primeira de uma série de 5 internatos profissionais previstos no plano de educação do Governo Territorial (Jornal do Amapá, 1948b; 1949f).

**Fotografia 6** - Escola de iniciação agrícola do município de Amapá.



Fonte: Jornal do Amapá (1949a)

Em julho de 1949, O Deputado Coaracy Nunes solicitou emenda ao orçamento para 1950, acrescentando a construção da escola profissional, colégio São José de Macapá, no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); a construção da escola agropecuária profissional, abrigo Caetano da Silva, no Oiapoque, no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) (Jornal do Amapá, 1949b).

A referida emenda foi encaminhada com a justificativa de que o incentivo a prelazia de Macapá (administrada por padres do Instituto Pontifício de Milão) ocorria porque essa contribuía com a assistência social e a educação do amapá, tendo em vista que ela já tinha ao seu encargo o internato agropecuário, colégio São José, em Macapá, e o abrigo Caetano da Silva, no Oiapoque, sendo ambos com a mesma finalidade: atendimento assistencialista aos pobres e educação voltada para a

agricultura, pecuária e ensino industrial (Jornal do Amapá, 1949b). O referido instituto veio para o Amapá por solicitação do Governo do TFA para ministração de serviço religioso, sendo tal pedido atendido no ano de 1948 em que foram designados os padres das missões estrangeiras (Instituto Pontifício de Milão) (Jornal do Amapá, 1950d).

O Colégio São José, localizado na ilha de Santana, município de Macapá, e o Abrigo Caetano da Silva, localizado no município de Oiapoque, sendo que ambos eram dirigidos pelos padres do instituto pontifício das missões estrangeiras (Prelazia de Macapá) e ofertavam um ensino agropecuário e industrial, visando formar trabalhadores rurais e operários industriais. E, anexo as escolas profissionais ofereciam cursos primários para os alunos que não possuísem a alfabetização necessária para ingressar nos cursos profissionais (Jornal do Amapá, 1949d).

O Colégio se subdividia em: escola profissional, escola industrial e escola ruralista; e, o abrigo em: escola primário, escola profissional e escola ruralista. A escola profissional ofertava cursos de formação de artífices das diversas especialidades e ofícios; a escola industrial visava a formação do pequeno industrial para aproveitamento das matérias primas regionais pela formação de elemento técnico prático; a escola ruralista tinha como escopo a formação de uma mentalidade ruralista na criança, visando sua fixação ao solo, nos trabalhos de lavoura e pecuária, através de atividades cotidianas dos diversos setores agropastoris (Jornal do Amapá, 1949c).

### **História da Educação Normal no Amapá**

Janary Nunes, no dia 16 de setembro de 1948, firmou acordo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação para construção de 01 (uma) escola normal em Macapá, 2 (dois) grupos escolares e de 10 (dez) escolas rurais no TFA (Jornal do Amapá, 1948e).

Em 28 de outubro de 1948, houve a inauguração das obras e lançamento do edital para a 1ª Escola Normal do TFA com previsão de início da 1ª turma para 1949, sendo os exames para admissão no curso realizados na primeira quinzena de dezembro/1948 e na segunda quinzena de fevereiro/1949. Devendo o candidato ter no mínimo 13 anos e não ser maior de 25 anos, assim como, ter concluído o ensino primário. A inscrição era gratuita e as disciplinas e conteúdo do exame de admissão eram os mesmos dos exames para o curso ginásial (Jornal do Amapá, 1948f; 1948g).

A escola Normal (Fotografia 7) foi fundada em 08 de dezembro de 1948 e estava funcionando provisoriamente no prédio da escola industrial. O curso normal regional de Macapá, instituição de ensino normal criado e mantido pelo Governo do TFA, destinava-se a formação de professores de ensino primário. O período letivo foi iniciado com a matrícula de 62 alunos dos quais 6 eram homens. O corpo docente era composto dos professores: Jose Barroso Tostes, Predicanda Carneiro de Amorim Lopes, Dr. José Dionísio da Silva Barros, Ester da Silva Virgolino, Mario Luís Barata, Vitoria Tannus Tuma, Sargento Jose Ubirajara Lopes de Souza e como diretora a professora Predicanda Carneiro de Amorim Lopes (Jornal Do Amapá, 1950e).

Em setembro de 1949, foi assinado o acordo entre o TFA e o Ministério da Educação para construção da escola normal de Macapá, orçada em Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) (Jornal do Amapá, 1949g).

**Fotografia 7** - Normalistas em desfile na frente da Escola Industrial.



Fonte: Jornal do Amapá, ano 6, nº 287, 13/09/50.

Como forma de estimular a continuidade dos estudos o Governo do TFA encaminhava os estudantes, com baixa renda, da escola normal e do ginásio amapaense para atividades remuneradas, em horários que não prejudicassem seus estudos e compatíveis com a idade deles. Especialmente para atividades de jardinagem e horticultura, no caso dos alunos do ginásio, haja visto que tais atividades faziam parte dos programas de ensino. Eles as exerciam nos jardins públicos e nos campos de horticultura de propriedade do governo que abasteciam a população amapaense e vendiam tais produtos a preços mínimos. Os alunos da escola normal eram encaminhados para estágios em escolas primárias e quando já estavam no último ano do curso o estágio passava a ser remunerado. Tal iniciativa supria também a deficiência no quantitativo de professores necessários para a educação amapaense (Jornal do Amapá, 1950m).

### **História da Educação Comercial no Amapá**

No dia 07 de agosto de 1949, às 17 horas, a Associação Comercial, Agrícola e Industrial do TFA em reunião ocorrida em uma das salas do grupo escolar Barão do Rio Branco decidiu pela implantação de uma escola técnica de comércio, em Macapá, que teria suas matrículas abertas de imediato e funcionaria, provisoriamente, na sede do Macapá esporte clube. Sendo solicitado ao deputado federal do território, Coaracy Nunes, que se empenhe pelo registro e legalização da referida escola junto ao ministério da educação (Jornal do Amapá, 1949e).

No dia 24 de abril de 1950, ocorreu a solenidade de início das aulas da escola técnica de comércio, no edifício da escola profissional, tendo como diretor desse estabelecimento o contador Paulo Remy Gillet, orientador pedagógico o prof. Gabriel de Almeida Café, secretaria a contadora Nazaira de Almeida Café, tesoureiro o contador Moises Zaguri, o fiscal federal o contador Paulo Moacir de Carvalho e presidente da A.C.A.I. do TFA o Sr. Álvaro Guimaraes Varques. A escola inicialmente ofertou 2 cursos, um básico de 4 anos de duração e um técnico de 3 anos de duração, tendo 33 alunos matriculados e funcionava nos turnos tarde e noite, com uma sala especializada para estudo de datilografia e mecanografia. Sendo indicado para patrono da escola o contador Francisco Jose da Costa que foi o primeiro idealizador dela e o primeiro contador do TFA. A documentação para legalização da referida escola foi protocolada com o número 69.497 junto ao ministério da educação (Jornal do Amapá, 1950a; 1950e).

Em 01 de setembro de 1950 a escola técnica comercial do Amapá (ETCA) comemorou seu primeiro aniversário com a inauguração dos cursos de estenografia, datilografia e mecanografia que ocorria em um dos departamentos da escola profissional. Aquele estabelecimento de ensino era mantido pela Associação Comercial, Agrícola, e Industrial do Território do Amapá (ACAITA) e pelo Governo Territorial através de subvenções. (Jornal do Amapá, 1950e; 1950f).

O Regimento interno da ETCA previa a subordinação à ACAITF. sendo por ela nomeado do corpo administrativo (diretor, tesoureiro, fiscal de disciplina, datilografo, inspetor de alunos, servente e porteiro), salvo o secretário (a) que era competência do diretor. O diretor era escolhido dentre os professores da escola, sendo que esse podia, apesar de investido na função, exercer a docência (Jornal do Amapá, 1950g; 1950i; 1950j; 1950k; 1950l; 1950m).

A destinação da escola era ministrar o curso de contador (técnico em contabilidade) a pessoas de ambos os sexos, com duração de 7 anos, que compreendia o curso básico e o técnico. Os exames de admissão a primeira série do curso básico eram compostos de provas escritas e orais das disciplinas de português, aritmética, geografia e história do Brasil, sendo exigido a idade mínima de 12 anos para matrícula, assim como atestado de sanidade e vacinação e pagamento da taxa de inscrição.

A ETC. finalizou seu primeiro ano de funcionamento, em dezembro de 1950, com a publicação do resultado das provas do 1º e 3º ano básico e 1º ano técnico. Sendo essa instituição agraciada, no mesmo mês, com a publicação do orçamento da república para o ano de 1951 que constava um auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) por consequência de um projeto apresentado pelo deputado Coaraci Nunes. Foi também publicado a nomeação do contador Paulo Moacir de carvalho como inspetor-fiscal junto a referida escola que a partir daquele momento estava obtendo fiscalização provisória para fins de legalização da instituição (Jornal do Amapá, 1950o).

### **História da Educação Doméstica no Amapá**

O decreto territorial 13, de 29 de maio de 1944, criou as escolas de prendas domésticas de Macapá e Mazagão Velho (Jornal do Amapá, 1945c).

No dia 01 de dezembro de 1950 ocorreu a inauguração da exposição de prendas e trabalhos manuais nos grupos escolares da capital e no dia 03 de dezembro do mesmo ano o Monsenhor Aristίδes Piróvano, administrador apostólico da Prelazia de Macapá, retornou ao TFA após uma viagem ao vaticano, acompanhado da superiora provincial da Argentina/Brasil Cecília Bernasconi e das irmãs Ana Gricoletti e Emília Bonacina Grepí que pertenciam a ordem de caridade de nossa senhora Maria Menina, sediada em Buenos aires, e vieram analisar as condições para instalação de 6 freiras para administrar e ministrar ensinamentos na Escola Domestica de Macapá que estava sendo construída e brevemente seria inaugurada (Jornal do Amapá, 1950l; 1950n).

## **4. Considerações Finais**

A partir desta pesquisa, espera-se contribuir para ampliar o debate sobre o currículo da Educação Profissional no Amapá, suas ferramentas, bases conceituais, erros e acertos de cada fase histórica, legislações pertinentes para construção de um perfil curricular da Educação Profissional no Amapá mais adequado às necessidades e exigências locais, com suas peculiaridades e adversidades. Bem como responder quais as fases históricas do currículo da Educação Profissional no Amapá, as bases conceituais de cada fase, as práticas pedagógicas oficiais e ocultas para implementação do currículo, tanto as previstas nos projetos pedagógicos quanto as implementadas em sala de aula. Assim, os resultados desta pesquisa proporcionarão aos professores, gestores e a comunidade científica instrumentos para melhor elaboração de políticas públicas, elaboração dos projetos políticos pedagógicos, reflexão sobre as práticas pedagógicas atuais voltados para a educação profissional amapaense.

O Amapá é um estado “jovem”. Apenas nesta última década tem-se escrito sobre a memória da educação amapaense. Ainda há lacunas a serem preenchidas quanto à qualidade e à quantidade de informações importantes para a construção da identidade profissional do Amapá. O recorte temporal deste trabalho. Sugere a necessidade de continuidade da pesquisa. Investigando agora os anos iniciais do então estado do Amapá a partir da Constituição de 1988. Quais cursos profissionalizantes continuaram a existir? Por que houve a necessidade de criação de outros cursos dentro das áreas de saúde, construção civil e mineração? Estes são alguns questionamentos que desafiam para as próximas pesquisas.

## Referências

- Amapá (1945a). Mais escolas para as crianças do Território. *Jornal do Amapá* 19/03/45. 1(1), 2.
- Amapá (1945b). Efemérides do Amapá. *Jornal do Amapá* 19/03/45. 1(1), 3.
- Amapá (1945c). Atos do Governo do Território Federal do Amapá. *Jornal do Amapá* 28/04/45. 1(6), 3.
- Amapá (1945d). Atos do Governo do Território Federal do Amapá. *Jornal do Amapá* 05/05/45. 1(7), 2.
- Amapá (1945e). Auxílio aos lavradores. *Jornal do Amapá* 12/05/45. 1(8), 2.
- Amapá (1945f). Súmula dos atos e fatos de maior importância ocorridos no DEC/TFA. *Jornal do Amapá* 30/06/1945. 1(15), 2.
- Amapá (1945g). Efemérides do Amapá. *Jornal do Amapá* 20/10/45. 1(31), 4.
- Amapá (1946a). Cooperativas escolares de Macapá e de Mazagão. *Jornal do Amapá* 16/03/46. 2(52), 2.
- Amapá (1946b). Aula inaugural da escola técnica profissional. *Jornal do Amapá* 25/05/46. 2(62), 3.
- Amapá (1947a). Curso de iniciação agrícola. *Jornal do Amapá* 22/02/47. 2(101), 2.
- Amapá (1947b). A comissão parlamentar de valorização da Amazônia percorre o Território do Amapá. *Jornal do Amapá* 28/06/47. 3(120), 2.
- Amapá (1947c). A educação no Território. *Jornal do Amapá* 13/09/47. 3(131), 2.
- Amapá (1947d). Aprovada pela câmara a discriminação da verba para a valorização da Amazônia. *Jornal do Amapá* 01/11/47. 3(138), 2.
- Amapá (1947e). O Governo amapaense pleiteia medidas. *Jornal do Amapá* 15/11/47. 3(140), 2.
- Amapá (1947f). Melhoramentos no Amapá. *Jornal do Amapá* 22/11/47. 3(141), 2.
- Amapá (1948a). Quatro anos de Governo. *Jornal do Amapá* 24/01/48. 150(3), 2.
- Amapá (1948b). O Território do Amapá vai ter uma escola agrotécnica. *Jornal do Amapá* 27/03/48. 168(4), 2.
- Amapá (1948c). Panorama educacional do Amapá. *Jornal do Amapá* 29/05/48. 170(4), 2.
- Amapá (1948d). A semana em revista. *Jornal do Amapá* 26/06/48. 172(4), 2.
- Amapá (1948e). Uma escola normal, 2 grupos escolares e 10 escolas rurais para o Amapá. *Jornal do Amapá*. 25/09/48. 185(4), 2.
- Amapá (1948f). Batida a cumieira do prédio do jardim de infância, lançamento das pedras fundamental da escola normal regional de Macapá. – outras notas. *Jornal do Amapá* 30/10/48. 190(4), 2.
- Amapá (1948g). Divisão de Educação – curso normal regional. *Jornal do Amapá* 30/10/48. 190(4), 3.
- Amapá (1949a). Alunos da escola de iniciação agrícola, na base aérea do Amapá, desfilando numa data cívica. *Jornal do Amapá* 05/03/49. 208(4), 2.
- Amapá (1949b). O representante amapaense no Congresso oferece importantes emendas ao orçamento de 1950. *Jornal do Amapá* 16/07/49. 227(5), 2.
- Amapá (1949c). Estatutos do colégio São José, em Macapá. *Jornal do Amapá* 23/07/49. 228(5), 2.
- Amapá (1949d). O representante amapaense no Congresso oferece importantes emendas ao orçamento de 1950. *Jornal do Amapá* 30/07/49. 229(5), 3.
- Amapá (1949e). Será encampada pela associação comercial a escola técnica de comércio do Amapá. *Jornal do Amapá* 13/08/1949. 231(5), 2.
- Amapá (1949f). O representante amapaense no Congresso oferece importantes emendas ao orçamento de 1950. *Jornal do Amapá* 20/08/49. 232(5), 2.
- Amapá (1949g). Dois importantes acordos para a educação do Território. *Jornal do Amapá* 01/10/49. 238(5), 2.
- Amapá (1950a). Solenidade de início das aulas na escola técnica de comércio do Amapá. *Jornal do Amapá* 01/04/50. 264(6), 2.
- Amapá (1950b). Roteiro do progresso amapaense. *Jornal do Amapá* 22/04/50. 267(6), 2.
- Amapá (1950c). Teve parecer favorável o auxílio a escola profissional de Macapá. *Jornal do Amapá* 12/08/1950. 283(6), 2.
- Amapá (1950d). Frutos de uma patriótica atuação. *Jornal do Amapá* 19/08/50. 284(6), 2.
- Amapá (1950e). A escola técnica de comércio comemora condignamente o primeiro aniversário de fundação. *Jornal do Amapá* 13/09/50. 287(6), 2.
- Amapá (1950f). Comemorou seu 1º ano de fundação a escola técnica de comércio – inauguração do curso externo - datilográfico-mecânico. *Jornal do Amapá* 16/09/50. 288(6), 5.
- Amapá (1950g). Regimento interno da escola técnica de comércio. *Jornal do Amapá* 14/10/50. 292(6), 3.

- Amapá (1950h). Escola profissional – vista parcial da oficina de sapataria da escola profissional de Macapá. Vendo-se parte da produção do dia. *Jornal do Amapá* 14/10/50. 292(6), 4.
- Amapá (1950i). Regimento interno da escola técnica de comércio do Amapá. *Jornal do Amapá* 04/11/50. 295(6), 2.
- Amapá (1950j). Regimento interno da escola técnica de comércio do Amapá. *Jornal do Amapá* 11/11/50. 296(6), 3.
- Amapá (1950k). Regimento interno da escola técnica de comércio do Amapá. *Jornal do Amapá* 18/11/50. 297(6), 3.
- Amapá (1950l). O 50º aniversário do Laudo Suíço. *Jornal do Amapá* 25/11/50. 298(6), 1.
- Amapá (1950m). Educação e Cultura: ensino secundário no Território do Amapá. *Jornal do Amapá* 02/12/50. 299(6), 2.
- Amapá (1950n). Retornou a Macapá Monsenhor Aristides Piróvano. *Jornal do Amapá* 09/12/50. 300(6), 1.
- Amapá (1950o). Escola técnica de comércio. *Jornal do Amapá* 30/12/50. 303(6), 4.
- Brasil (1942a). Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942. *Lei orgânica do ensino industrial*. [https://www.planalto.gov.br/CCiViL\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm](https://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm).
- Brasil (1942b). Decreto 8.673, de 3 de fevereiro de 1942. *Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-publicacaooriginal-1-pe.htm>.
- Brasil (1942c). Decreto-Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. *Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.htm>.
- Brasil (1942d). Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942. *Lei orgânica do ensino secundário*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm).
- Brasil (1943a). Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. *Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-republicacao-66333-pe.htm>.
- Brasil (1943b). Decreto-lei 5.839, de 21 de setembro de 1943. *Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.htm>.
- Brasil (1944a). Decreto-lei 6.550, de 31 de maio de 1944. *Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã, e do Iguassú*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6550-31-maio-1944-451989-publicacaooriginal-1-pe.htm>.
- Brasil (1947). Decreto 22.470, de 20 de janeiro de 1947. *Fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22470-20-janeiro-1947-341091-publicacaooriginal-1-pe.htm>.
- Brasil (1953). Lei 1.821, de 12 de março de 1953. *Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores*. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/11821.htm#:~:text=L1821&text=LEI No 1.821%2C DE 12 DE MARÇO DE 1953.&text=Dispõe sobre o regime de colegial e nos cursos superiores](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11821.htm#:~:text=L1821&text=LEI No 1.821%2C DE 12 DE MARÇO DE 1953.&text=Dispõe sobre o regime de colegial e nos cursos superiores).
- Brasil (1954). Decreto 36.493, de 23 de novembro de 1954. *Concede equiparação à Escola Industrial de Macapá*. <https://legis.senado.leg.br/norma/459077/publicacao/15659409>.
- Brasil (1959a). Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. *Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura*. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm).
- Brasil (1959b). Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959. *Aprova o Regulamento do Ensino Industrial*. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D47038imprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038imprensa.htm).
- Brasil (1961). Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. <https://legis.senado.leg.br/norma/545856/publicacao/15636362>.
- Brasil (1971). Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Brasil (1988). Constituição 1988. Diário Oficial, 5 out. 1988. Seção 1, 1-32. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf).
- Brasil. (1994). Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994. *Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm).
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).
- Cavlak, I. & Granger, S. (2014) Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa. *Fronteiras & Debates*. Macapá, v. 1, n. 1, <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/1512>.
- Cunha, L. A. (2020) Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. *Cadernos de Pesquisa*, nº 111, dezembro/2000. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742000000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300003).
- Ibge. (2021). *Fotografia 04 – Oficina de mecânica da Escola Profissional de Macapá*. Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49723>.

Ibge. (2021). *Fotografia 06 – Cozinha da Escola Profissional de Macapá*. Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49742>.

Ibge. (2021). *Fotografia 08 - Construção finalizada da Escola Profissional de Macapá*. Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440431>.

Lima, A. Q. O. de ., Tavares, A. M. B. do N. & Melo, E. S. do N. (2022). História da educação profissional no Brasil e a sua relação com o princípio do trabalho. *Research, Society and Development*, 11(4), e52911427447. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27447>

Lobato, S. S. (2018). Educação e desenvolvimento: inflexões na política educacional amapaense (1944-2002). *Revista Brasileira de Educação*, 23 e 230069. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230069.pdf>.

Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2017) *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8. Ed. Atlas. Edição do Kindle.

Minayo, M. C. S. (Org.); Deslandes, S.F.; Cruz Neto, O. Gomes. R. (2016) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Silva, R. F. da; Azevedo, M. M. de & Peterossi, H. G. (2022). Os marcos regulatórios da educação técnica e profissional brasileira de 1909 a 1988 segundo o Ministério da Educação. *Research, Society and Development*, 11(6), e33711629111. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29111>